

## **OS DIFERENTES URBANOS DO DELTA DO AMAZONAS: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS PEQUENAS CIDADES**

Monique Bruna Silva do Carmo

Universidade do Vale do Paraíba – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional  
moniquebruna@ymail.com

Sandra Maria Fonseca da Costa

Universidade do Vale do Paraíba – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional  
sandra@univap.br

**RESUMO:** Este artigo tem como principal objetivo apresentar uma discussão teórica sobre a importância das pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas para a rede e hierarquia urbana regional. As propostas de categorização de cidades quase sempre são feitas destacando apenas o papel dos grandes centros ou das Regiões Metropolitanas, não considerando a importância e singularidades das pequenas cidades na estruturação da rede e urbana. Neste sentido, o presente artigo busca fazer uma discussão teórica sobre diversidade das pequenas cidades na região do Delta do Rio Amazonas, considerando a realidade geográfica local e regional. Para sua construção, foi realizada a leitura e discussão de diferentes artigos e livros, assim como foram utilizados dados censitários, de 2010, sobre as pequenas cidades do Delta, para que análises pudessem ser construídas.

**Palavras-chave:** pequenas cidades, rede urbana, hierarquia urbana, Amazônia

**GT – “15”:** “Brasil Não-Metropolitano: Temporalidades e Espacialidades Urbanas”

## 1 INTRODUÇÃO

A floresta urbana da Amazônia é conhecida por sua diversidade social, cultural e espacial, mais do que isso, também é conhecida por ter espaços complexos e peculiares. Diante da organização socioespacial do urbano da Amazônia, entende-se que há uma diversidade de pequenas cidades na Amazônia que devem ser entendidas e pensadas considerando a complexidade do espaço geográfico (localização geográfica) e dos diferentes momentos históricos que foram, e ainda são, importantes na estruturação tanto econômica como também social. Essas pequenas cidades possuem rugosidades do “antigo urbano” ou das antigas formas de organizações espaciais que ainda são visíveis. Esses diferentes urbanos agregam uma dinâmica socioespacial muito particular, o qual resulta em uma rede urbana com particularidades e que funciona de acordo com as necessidades locais e regionais, causadas pelas distâncias dos grandes centros desses lugares e ausência de políticas públicas eficientes que considerem a realidade e importância local.

A produção do espaço urbano resultou em uma dinâmica das pequenas cidades, reproduzindo em seus espaços os diferentes tempos, o que contribuiu para o surgimento do que Trindade Júnior (2013) nomina como “urbanodiversidade”. Essa urbanodiversidade resultou em uma rede urbana distinta e muito particular que se organiza de forma desarticulada, em que o local não apenas mantém relação com o regional, mas também com o global.

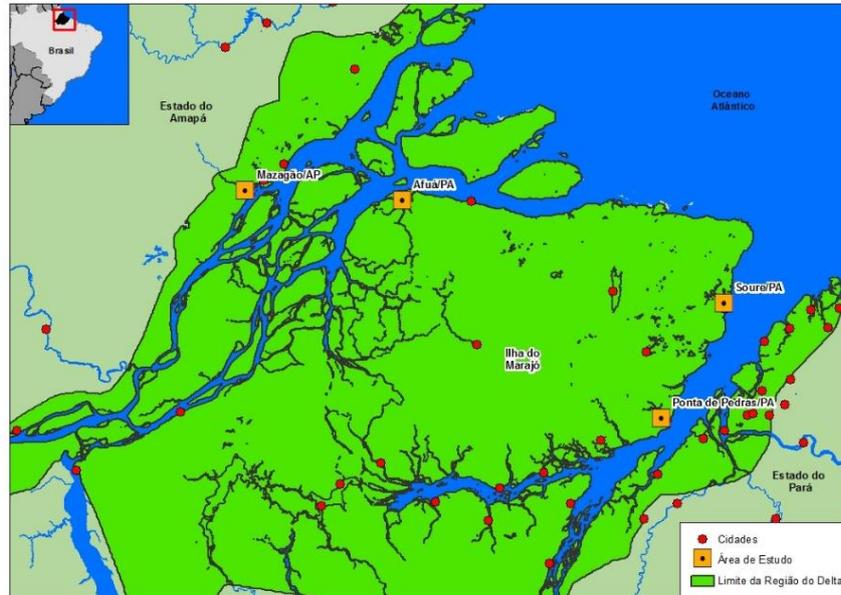
Considerando esses aspectos, esse artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica sobre a importância das pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas para a rede e hierarquia urbana regional. Também objetiva-se discutir a forma como essas cidades são pensadas a partir de sua aparente “homogeneidade” e não pelas suas similitudes.

## 2 A REGIÃO DELTAICA E AS PEQUENAS CIDADES

A delimitação da região do Delta do rio Amazonas foi definida por BRONDIZIO E HETRICK (apud COSTA, 2014), seguindo a metodologia proposta por Ericsson *et al.* (apud COSTA, 2014). De acordo com essa delimitação, nove municípios pertencem ao Estado do Amapá e quarenta e um municípios ao Estado do Pará (figura 1).

Segundo Costa e Brondizio (2009), em 2000, era possível observar que 638 cidades-sedes de municípios (85%) tinham menos de 20.000 habitantes. No ano de 2010, as cidades com menos

de 20.000 habitantes representavam 64%. Nas cidades consideradas grandes, com mais de 500 mil habitantes (1,5% do total das cidades da Região), residiam 31% da população. Figura 1. Delimitação do Delta do Rio Amazonas



Fonte: adaptado pela autora (Hedrick e Brondizio), 2019.

A forma como ocorreu e ainda ocorre a articulação entre as pequenas e grandes cidades varia de lugar para lugar, de acordo com a realidade e a dinâmica local e regional. As cidades localizadas no Delta são caracterizadas, principalmente, por serem de pequeno porte que se articulam no âmbito local, regional e global

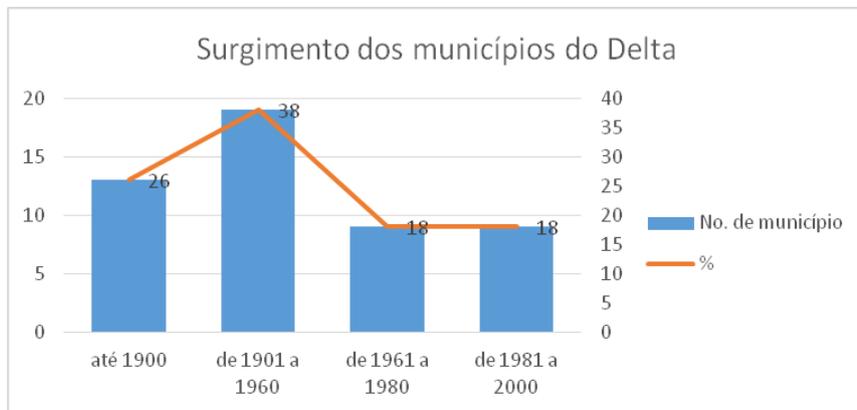
No caso da região do delta da Amazônia, composta por 50 municípios<sup>1</sup>, entre elas cidades de pequeno, médio e grande porte, 60% são consideradas pequenas cidades, com menos de vinte mil habitantes, e, segundo Costa e Rosa (2017), o período de fundação varia de séculos para poucos anos, como pode ser observado no gráfico 1, entretanto, há uma predominância de municípios que surgiram antes da década de 1960 (64%).

Como podemos observar na figura 2, a população urbana dos municípios localizados no delta do Amazonas varia de <20.000 habitantes até 1.381.475 habitantes. Os círculos em vermelho (figura 2) representam a variação de tamanho da população urbana dos municípios, ou seja, quanto

<sup>1</sup> Esses 50 municípios foram definidos pelo co-PI, Dr Eduardo Brondizio, do sub-Projeto Delta do Rio Amazonas, vinculado ao Projeto DELTAS, coordenado pela Dra EfiFoufoula-Georgiou, financiado pelo Belmont Forum, ao qual este projeto também se vincula.

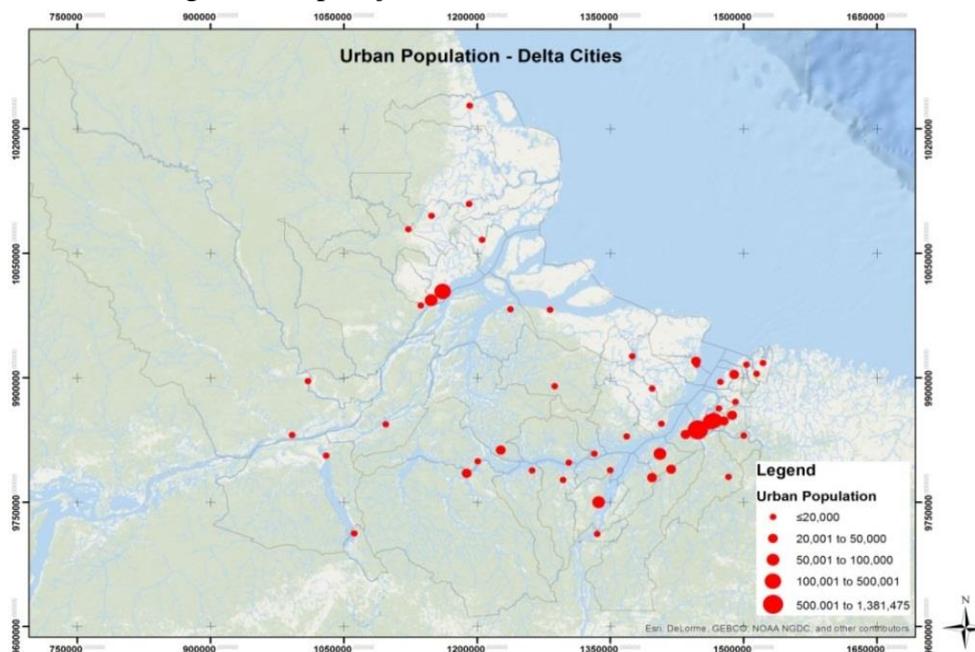
menor o círculo, menor a população urbana. Assim, é possível observar o predomínio das pequenas cidades.

Gráfico 1. Período de Fundação dos municípios do DELTA



Fonte: Costa e Rosa (2017)

Figura 2. População Urbana- Cidades do Delta



Fonte: Costa e Rosa (2017)

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 A Organização do Espaço e A Rede Urbana na Amazônia

Segundo Santos (1999), assim como não existe uma homogeneidade de espaços, também não há uma homogeneidade de redes, não há uma uniformidade nas formação das redes. Para o

autor, entender que as redes possuem formas distintas, nos permite admitir que existem três tipos de totalidades: a primeira é a totalidade do mundo, como uma totalidade não somente concreta mas também empírica; a segunda totalidade é o território, a formação socioespacial, que está limitada às suas fronteiras, enfraquecidas pela mundialização das redes; a terceira totalidade é o lugar, que agrega os fragmentos da rede que se espacializa e concreta fenômenos de caráter social, resultantes de uma diversidade e que ocorre de forma repetitiva, “as redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 1999, p.182).

Para entender as cidades e a rede urbana da Amazônia, Perz (1999) pontuou que, durante o processo da urbanização, surgiram novos centros urbanos e também “pequenas” áreas urbanas consideradas núcleos ou povoados, ambas precárias no que diz respeito à infraestrutura e cada vez mais dependentes dos centros urbanos. Alguns centros urbanos foram beneficiados pelo Estado, que atuou como agenciador na ocupação de áreas consideradas estratégicas sendo criadas nessas *company towns* para atender todas as demandas do capital externo. Em 1980, com o crescimento urbano significativo dos grandes centros houve expansão na ocupação de áreas que foram se expandindo e como resultado as surgiram as periferias, inevitáveis diante da realidade urbana que se formava. De acordo com Perz (1999), essas periferias foram ocupadas por imigrantes que saíam das áreas rurais em busca de emprego e oportunidades nos centros urbanos, que passavam a ter um setor terciário que passava a constituir o urbano naquele período. “O crescimento urbano frequentemente ocorre por meio da construção de casas de baixa qualidade e sem a extensão de esgoto adequado ou outra infraestrutura”<sup>2</sup> (PERZ, 1999, p.184).

As pequenas cidades, além de não terem acesso ao tratamento de esgoto, coleta de lixo, também são submetidas à atuação de um poder público não muito atuante, assim como há poucos investimentos para amenizar os problemas locais.

A partir da década de 1960, novos centros urbanos passaram a surgir e a floresta Amazônica passava a vivenciar uma intensificação do processo de urbanização. Um dos motivos da floresta se tornar cada vez mais urbana, foi o aumento no número de cidades que surgiam sem ao menos terem sido acompanhadas por políticas públicas.

Martine e Turchi (1988), dizem que ao longo desse processo, surgiram inúmeras cidades com até 20 mil habitantes. Em 1970, existiam 11 cidades com até 20 mil habitantes, passando para

---

<sup>2</sup> “urban growth often proceeds through construction of poor quality housing and without the extension of adequate sanitation or other infrastructure”.

28 no ano de 1980. Em 1980, 4 cidades tinham uma população de até 50 mil habitantes, passando para 13 em 1980. No ano de 1970, existiam 3 cidades com até 100 mil habitantes, em 1980, esse número subiu para 3. Em 1970, existia apenas uma cidade com até 500 mil habitantes, em 1980, passou a existir duas. Por fim, em 1970, havia apenas uma cidades com mais de 500 mil habitantes, no ano 1980, existiam 2 cidades. Essa realidade vivida pelas cidades da Amazônia, fazem parte de uma urbanização desigual que se reproduzia pelo país, resultando na intensificação dos problemas urbanos, “*incluindo infra-estrutura deficiente, serviços sociais e médicos, crescimento rápido da favela e poluição*”<sup>3</sup> (BROWDER AND GOLDFREY, 1997, p. 3). A partir desses momento e das necessidades que surgiam no espaço urbano, essas cidades passaram a se estruturar e reestruturar a partir da lógica e a realidade local. A intensificação da complexidade do urbano nas cidades da Amazônia, também se deve ao fato de que a regionalização econômica transformou a grande parte da região, mas contribuiu principalmente na consolidação de áreas precárias, esse problema se tornou cada vez mais visível, principalmente nas Regiões Metropolitanas de Belém e Manaus, onde a urbanização da região se tornava cada vez mais caótica e problemática (BROWDER AND GOLDFREY, 1997).

De acordo com Browder e Godfrey (1997), o número de cidades, classificadas como pequenas também aumentou. Em 1960, 18 cidades tinham população entre 5.000 e 20.000 habitantes, em 1970 esse número subiu para 23, em 1980, para 50 e, em 1991, para 87 cidades. Percebe-se que há um intenso surgimento de cidades de pequeno porte neste momento, cidades que surgiram devido ao movimento migratório e ao contexto econômico que a região vivenciava:

Esses movimentos de população transformaram a estrutura de assentamento tradicional da Amazônia, reduzindo a diferença anterior entre os níveis superior e inferior da hierarquia urbana regional. Pela primeira vez, a população urbana tende a se estabelecer principalmente em cidades pequenas ou médias<sup>4</sup> (BROWDER AND GOLDFREY, 1997, p.5).

As cidades da Amazônia foram dominadas, econômica, política e demograficamente, pelas Regiões Metropolitanas (RMs) de Belém e Manaus, que tinham mais de dois terços da população vivendo em suas áreas, na década de 1950 (BROWDER AND GOLDFREY, 1997). Porém, a

<sup>3</sup> “*Including deficient infrastructure, social and medical services, rapid shantytown growth, and pollution*”.

<sup>4</sup> “*These population movements have transformed the Amazon’s traditional settlement structure by narrowing the formerly extreme gap between the upper and lower levels of the regional urban hierarchy. For the first time, the urban population tended to settle primarily in small-or medium-size cities*”.

primazia das duas RMs, no ano de 1991, fez com que o número de habitantes diminuisse em comparação aos anos anteriores, os centros urbanos já não concentravam mais a maior parte da população dentro de suas áreas metropolitanas. Embora Belém e Manaus tivessem alcançado tamanho considerável e se fortalecido como as duas principais Regiões Metropolitanas, houve, naquele momento, uma tendência regional que contribuiu para a desconcentração das RMs e que permaneceu nos anos seguintes (BROWDER AND GOLDFREY, 1997). Como resultado dessa primazia, os centros metropolitanos da Amazônia, assim como os demais centros do país, vivenciaram a expansão de suas áreas periféricas com a construção de novos assentamentos, áreas sem infraestrutura e sem serviços urbanos básicos. Como resultado desse processo, esses espaços não respondiam de forma satisfatória às necessidades da população que habitavam as franjas urbanas, o adensamento das áreas periféricas passaram a ter implicações sociais e ambientais, resultando na vulnerabilidade tanto social quanto ambiental, marcada pela presença de uma população de baixa renda. Essa realidade, criou um urbano diferenciado e muito particular nas cidades da Amazônia, as relações inter e intraurbanas são muito particulares e carregam as características da região. Segundo Browder e Godfrey (1997), trata-se de uma "urbanização desarticulada" e pluralista, que não deve ser medida pelos seus princípios básicos. Mais do que isso, é necessário compreender a diversidade que compõe os diferentes tipos de assentamentos e que confundem qualquer tentativa de caracterizar esses urbanos como homogêneos. A organização espacial dos assentamentos regionais não seguem uma hierarquia ordenada e agregada, como estão previstas nas teorias tradicionais, como proposto na teoria do lugar central, muito pelo contrário, a assimetria da organização espacial desse urbano pouco oferece evidências sobre as relações hierárquicas ordenadas e agregadas na região (GOLDFREY, BROWDER, 1996).

É neste sentido que Browder e Godfrey (1997) entendem que, apesar da organização espacial das cidades da Amazônia serem assimétrica e pouco se adequar às teorias tradicionais, não é possível deixar de pensar que o sistema urbano dessas cidades é aleatório ou catóxico, muito pelo contrário, esse sistema é organizado de acordo com a ocupação que se estabelece e segue uma "ordem local". Essa organização particular possui identidades institucionais e econômicas muito distintas, o processo de urbanização nas cidades da Amazônia é bem particular, e quando pensamos no urbano da Amazônia, devemos voltar nosso olhar para o nível regional e local, lembrando que dentro dessa rede existem diferentes urbanos que se formaram em contextos históricos e sociais distintos.

Browder e Godfrey (1997) utilizam uma estrutura que explica o urbano da Amazônia e suas pluralidades:

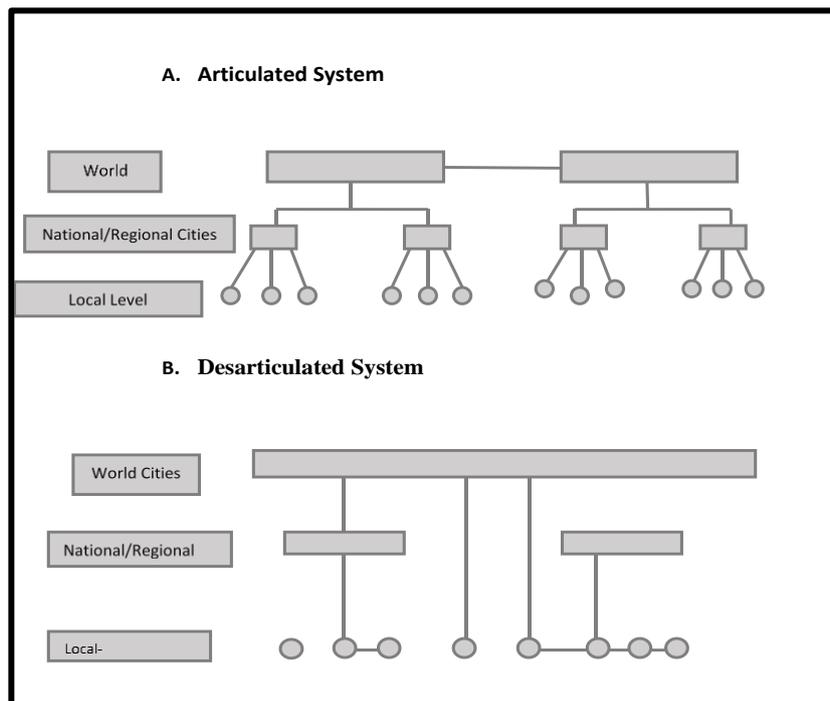
1. A Amazônia é um espaço social heterogêneo;
2. A configuração dos assentamentos na Amazônia são irregulares e distintos, desarticulados dos princípios simples de organização socioespacial;
3. Expansão da urbanização, em algumas partes da Amazônia, é desarticulada do desenvolvimento da agricultura;
4. A urbanização na Amazônia brasileira, quase sempre está ligada às forças econômicas de nível local e global;
5. Os centros urbanos da Amazônia são ligados a atividades específicas aos circuitos globais de informação e troca;
6. A fronteira da Amazônia contemporânea tem uma ampla geopolítica, porém continua com uma política desarticulada juntamente com estado centralizador;
7. Tem uma dicotomia entre rural e o urbano que a longo dos anos passou a ser um paradoxo na Amazônia, devido os padrões de migração local, regionalmente heterogêneos e complexos;
8. Mudança ambiental, que inclui processo de desmatamento, que são cada vez mais de interesses regionais e globais;

O processo de urbanização e de organização da rede urbana da Amazônia não é uniforme e se diferencia nas características sociais e espaciais que refletem em padrões de assentamentos distintos e que, historicamente, moldaram as formas espaciais tendo como base um modo complexo de configuração espacial. A desarticulação da rede urbana da Amazônia, descrita por Browder e Godfrey (1997), nos permite compreender que existe uma organização socioespacial diferenciada nas cidades da Amazônia, que resulta em diferentes níveis de relações econômicas entre diferentes centros. Não existe um padrão hierárquico nas relações que são exercidas, mas sim uma desarticulação entre o local, regional e o global que se diferencia e cria um sistema desarticulado de relações entre os diferentes urbanos na Amazônia.

São padrões de organização socio-espacial fragmentados que, segundo Browder e Godfrey (1997), estão organizados de acordo com realidade e necessidade local. É neste sentido que a organização da rede urbana é considerado desarticulado, como é possível identificar na figura 3.

Na urbanização desarticulada, surgem diferentes tipologias urbanas que representam a materialização dos processos e dinâmicas que foram impostas à região (CORRÊA, 2006). A organização e o tamanho das cidades não são as principais bases para considerar a existência da rede urbana na Amazônia, mas sim a realidade social, econômica, regional, histórica e geográfica que foram incorporadas na região nos diferentes momentos da formação das cidades.

Figura 3. Sistema de urbanização desarticulada



Fonte: Browder e Godfrey (1997).

É neste aspecto que compreender a discussão sobre rede urbana da Amazônia se faz importante, para entender que apesar de existir um conhecimento teórico sobre a rede e hierarquia urbana brasileira e uma especialização funcional que caracteriza a cidades - como por exemplo: cidades industriais, portuárias ou político-administrativas - também há uma outra hierarquia urbana, que está presente nas cidades da Amazônia. Essa hierarquia segue uma ordem distinta e desarticulada, que foi construída a partir de uma realidade social, econômica e espacial local que se consolidou por meio de uma rede de comunicações a ela vinculada, incorporando regiões distantes conectando-se a uma economia mundial (CORRÊA, 2006, p.15). Essa rede urbana é reflexo de todos os efeitos e práticas acumuladas por diversos agentes em diferentes momentos, tanto na cidade como no campo, vai ser possível de se observar as diferentes interações que ocorrem na rede urbana (CORRÊA, 2006).

Devemos entender essa rede de acordo com a realidade econômica e social local, considerando que essas redes foram formadas em distâncias mais longas e, muitas vezes, ignoraram a capital do estado e sua relação com os mercados globais, ao mesmo tempo que aumentaram o papel das cidades médias ao longo dos corredores rodoviários que servem como nós de serviços e população (COSTA, BRONDIZIO, 2008, p.5). As pequenas cidades possuem uma inter-dependência e ainda agregam carencias de serviços básicos, infraestrutura urbana, a população é dependente de subsídios públicos e a predominância de serviços, em grande parte, tem origem na atividade rural. Neste sentido, tornam-se dependentes de outras pequenas cidades, que estão localizadas no seu entorno e que oferecem certos tipos de serviços, que geralmente são encontrados nas cidades de grande e médio porte, formando-se ao redor desses espaços sub-regiões que se constituem como nós e que se estruturam de forma muito particular para atender as necessidades básicas.

É importante considerar que existe uma rede urbana Amazônia formada por pequenas cidades. Costa, Carmo e Barja (2018) analisaram a hierarquia do Delta do Amazonas de acordo o grau de relação existente entre as cidades. Os autores descrevem a importância de compreender esses espaços a partir da sua heterogeneidade, considerando as relações sociais, atividades comercial e oferta de serviços que conectas compõem a realidade da rede que formam uma rede e hierarquia urbana muito particular.

Para o caso do Delta, a hierarquia urbana não está relacionada ao modelo tradicional, pelo contrário, a realidade dessa hierarquia reflete uma realidade social e econômica que incorpora diferentes momentos históricos. Essa heterogeneidade é formada por cidades de municípios que possuem uma grande extensão territorial com pequenos centros urbanos, com menos de 20 mil habitantes, muitas estão localizadas distantes das regiões metropolitanas ou das cidades que agregam um poder econômico e político importante. Costa, Monique e Barja (2018) mostram que a grande cidade de Belém ainda se destaca na hierarquia urbana da região deltaica. Belém é a única cidade da região que possui os melhores índices econômicos, de infraestrutura, de oferta de equipamentos urbanos, serviços e ofertas de emprego, além de funcionar como um grande centro de polarização, apesar de oferecer a maior demanda de serviços, apenas 28% da população tem acesso à rede geral de esgoto. O mais interessante dessa hierarquia urbana é que, mesmo Belém exercendo uma forte influência na estruturação da rede regional, existe uma forte influência de centros locais, que formam subpolos urbanos diferenciados e que atuam de forma desarticulada.

Existem cidades que além de estarem distantes de Belém, não possuem acesso aos serviços de básicos. A realidade é que existem poucas cidades que oferecerem esses tipos de serviços e, por este motivo, apesar de terem infraestrutura precária, se tornam atrativas para a população por terem fortes relações com as cidades vizinhas. Essa hierarquia não tradicional é formada por diversos urbanos ou urbanodiversidade, como é chamado por Trindade Junior (2013), caracterizando os múltiplos urbanos e suas diferentes formas de organização dentro da rede urbana da Amazônia .

### 3.2 OS DIFERENTES URBANOS NAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA

Uma vez que a rede urbana é composta por uma urbanodiversidade é possível entender que existe uma complexidade muito peculiar na formação do urbano na Amazônia. O termo urbanodiversidade ou diversidade urbana, utilizado por Trindade Jr (2013) para se referir às cidades da Amazônia, vem da necessidade de entender que existem várias Amazônias<sup>5</sup> dentro do contexto da região e que dentro dessas “Amazônias” existem diferentes urbanos resultantes de práticas e agentes distintos. O autor discorre sobre esse termo dizendo que é preciso conceber discussões que mostrem essa pluralidade e diversidade da mesma forma como se discute sobre a biodiversidade e a sociodiversidade da região, contrapondo ao pensamento de que a região é homogênea e que só existe a floresta. De acordo com Marinho e Schor (2009), essas cidades agregam realidades socioeconômicas desiguais e para compreender essa realidade é necessário um entendimento sócio ecológico que considere as cidades como habitats contemporâneos (MARINHO e SCHOR, 2009, p.1). A realidade urbana das pequenas cidades assume um caráter que diz respeito à realidade local. Autores como Oliveira (2014), Trindade-Junior (2013), Schor e Marinho (2009) chamam atenção para dificuldade de adequar os estudos da realidade dos diferentes urbanos da Amazônia às escalas e conceitos já existentes, uma vez que os estudos sobre o urbano no Brasil estão voltados para a realidade das áreas metropolitanas ou dos grandes centros do urbano localizado no Sudeste.

Essas particularidades e peculiaridades são identidades regionais formadas por um conjunto de práticas socioespaciais e econômicas que se estabelecem há anos, e também são

---

<sup>5</sup> Termo utilizado Walter, em 2005, em seu livro “Amazônia, Amazônias” para fazer uma análise geográfica e mostrar as evidências da diversidades naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas da região amazônica

consideradas recortes espaciais com identidades geo-histórias, marcadas por mudanças tanto no aspecto social quanto físico, nas relações políticas-econômicas, culturais, tecnológicas e naturais. Neste sentido, deve se pensar a diversidade do urbano presente nas pequenas cidades como resultantes de diferentes momentos geo-históricos associado a uma particularidade que ao longo dos anos foram adquirindo significados únicos.

Os diferentes urbanos das pequenas cidades não devem ser apenas entendidos como múltiplos tipos de urbanos, mas sim como hibridização das relações definidas por contatos de resistência em face aos movimentos de diferentes naturezas que chegam à região, principalmente nos períodos mais recentes (Trindade-Junior, 2013). Pensar a urbanodiversidade, a rede urbana e também a importância que cada pequena cidade exerce na região significa compreender que existe uma pluralidade de formas e conteúdos socioespaciais que não caracterizam os espaços como sendo homogêneos. É preciso considerar a presença dos diferentes tipos de cidades na Amazônia, chamada por alguns autores, como Becker, Vicentini e Saint-Clair, de cidades tradicionais, caracterizadas por agregarem espaços pouco desenvolvidos com intrínseca relação com a natureza. As cidades se diferenciam pelo fato de que cada uma tem a sua própria lógica de funcionalidade, algumas recebem maior fluxo de pessoas, outras perdem grande fluxo de pessoas, seja para trabalho ou estudo, tipos de serviços oferecidos que se instala nessas cidades varia de acordo com localização e realidade geográfica, a organização do comércio local é estruturado para atender as necessidades básicas das população local, que na maioria das vezes estão localizadas a quilômetros de distâncias dos principais centros,

(...) são urbanos que adquirem significados ou importâncias também diferenciadas; isso em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes (TRINDADE-JUNIOR, 2013, p. 4).

As pequenas cidades não se mostram diferentes somente em suas formas, mas também em suas práticas e funcionalidades. As novas formas sobre antigos urbanos, mostram uma busca para adequar a cidade tradicional ao urbano contemporâneo. A diversidade está no setor de serviço, na infraestrutura urbana, serviços básicos como saúde, educação, agências bancárias e de correios que são oferecidos para a população local e que em muitas vezes por causa da distância dos grandes centros, servem de apoio às cidades vizinhas. A distância entre as pequenas cidades e o

deslocamento estabelecido pelos moradores é algo que deve ser levado em consideração, o transporte fluvial é dominante e a distância da RM, local que oferece maiores índices de serviços, faz com que algumas cidades localizadas ao longo dos rios se tornem subpolos que passam a abastecer e atender as necessidades locais e regionais como um forma de suprir a ausência de certos tipos de serviços até então localizados nos grandes centros urbanos e não reconhecer a importância e as peculiaridades de cada cidade é extremamente problemático, principalmente quando as políticas públicas são pensadas fora da realidade local.

Para esse artigo, foram selecionadas quatro cidades que representam a diversidade do urbano do Delta do Rio Amazonas e que são apresentadas como exemplos da heterogeneidade do urbano da pequena cidade da Amazônia: Afuá, Mazagão, Ponta de Pedras e Soure (figura 4). Essas cidades têm sido estudadas, há algum tempo, por nosso grupo de pesquisa e são representativas das singularidades do urbano das pequenas cidades amazônicas.

- **Afuá**

O município, que pertence ao estado do Pará, encontra-se no Delta do Amazonas e faz parte da ilha do Marajó, teve seu surgimento em 1845. O município tinha um porto que servia como parada de trocas e vendas e por estar localizado no estuário amazônico, o município em 1845, fazia parte do Distrito de Chaves. Segundo a PMA (Prefeitura Municipal de Afuá), no ano de 1845, Dona Micaela Arcanja Ferreira, se instalou em terrenos da Ilha do Marajó. Dona Micaela Arcanja foi responsável pela doação de terras de seu sítio Santo Antônio para a Paróquia da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1870, quando iniciou-se a construção da capela, em torno da qual surgiu o povoado de Afuá. O povoado foi elevado à categoria de freguesia, em 1874, em 1889, Afuá foi categorizada como vila e Município (Prefeitura Municipal de Afuá, 2017).

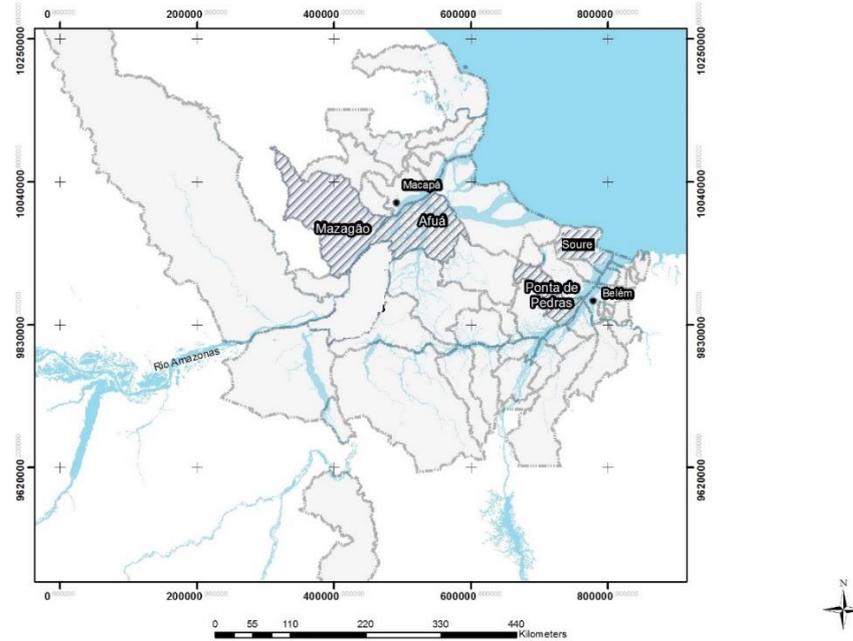
Segundo os dados do IBGE (2010), o município possui, aproximadamente, 35 mil habitantes, sendo 9.478 localizados na área urbana (aproximadamente, 30%). Afuá é uma cidade ribeirinha, sua economia é proveniente do extrativismo, indústria da transformação e principalmente do comércio local (RAIS, 2015).

A cidade é ribeirinha, instalou-se sobre estivas e possui uma forma de ocupação que segue o padrão compacta estando completamente sobre a várzea, no estilo de pontes e casas de palafitas, o que chamou atenção para este estudo, pois se trata de uma tipologia diferenciada no Delta do Amazonas (figura 5). As residências, que seguem as ruas na forma de ponte de madeiras, são construídas seguindo um plano de ocupação.

Figura 4. Sistema de urbanização desarticulada



Localização dos Municípios de Afuá, Soure, Mazagão e Ponta de Pedras



O poder público local sancionou uma lei que proíbe o uso de veículos motorizados sobre as pontes, apenas permitindo o uso de bicicletas e bicitaxi (taxi local). Na cidade, há um cuidado com as casas, com pinturas exuberantes, e também há um cuidado do poder público em relação aos seus prédios (também em palafitas), muito próximos as residências, assim como escolas, postos de saúde e bombeiros, de fácil acesso aos moradores, bem localizados e de forma organizada e diferenciada das demais cidades do delta.

- **Mazagão**

O município de Mazagão, localizado no estado do Amapá, apesar de ser considerado de pequeno porte, foi, recentemente, inserido na Região Metropolitana de Macapá (RMM). Segundo os dados do IBGE (2010), o município possuía, aproximadamente, 17 mil habitantes, sendo 8.272 residentes na área urbana (aproximadamente 1.769 domicílios urbanos) e uma área de 13.131 km<sup>2</sup>. O município possui três distritos, entre eles uma Vila nominada “Mazagão Velho”, fundada em 1773, que serviu de base de apoio para militares da Vila de Macapá, mas que foi criada, principalmente, para receber famílias que vieram do Marrocos e também um grande número de escravos.

Segundo Oliveira (2015), Mazagão Velho foi criado no século XVIII, período marcado pelo Grão-Pará e Maranhão, para receber famílias portuguesas mazaganistas que habitavam a Mazagão Africana, hoje conhecida como Marrocos. Para o autor, aproximadamente 340 famílias foram trazidas para Belém do Pará e de Belém foram transferidas para a Vila de Mazagão Velho (OLIVEIRA, 2015). Atualmente, Mazagão Velho abriga os descendentes dos antigos moradores que mantém o modo de vida e suas tradições. O município passou a fazer parte do Estado do Amapá, em 1943, e a freguesia foi elevada à categoria de Vila de Mazagão, em 1841, quando a sede do município ainda estava localizada nessa localidade. Em 1888, foi elevada à categoria de cidade. Em 1995, após muitas divisões, o município foi dividido em 3 distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho (IBGE, 2010).

O município de Mazagão possui várias problemáticas, como, por exemplo, a localização do Prédio Novo da Prefeitura localizado em área inadequada à ocupação, sob a perspectiva física, assim como a existência de algumas áreas de invasão. Atualmente, possui vários problemas ligados à habitação, saneamento (presente em todas as cidades da Amazônia) e infraestrutura. Outro grande problema, relatados pelo poder público local, em entrevista realizada em Julho de 2017, são as ocupações irregulares em áreas de Proteção Ambiental, uma vez que a cidade possui um padrão de ocupação disperso, o que favorece o crescimento desordenado, em áreas distantes.

É possível perceber, na figura 5, que a cidade tem uma tipologia urbana diferenciada do que foi possível observar em Afuá. Identifica-se que nesta pequena cidade, ao contrário das demais, o contato com o rio se faz pouco presente, pois a construção das rodovias e a integração de Mazagão à Região Metropolitana proporcionou novos meios de transportes que interligam a cidade à Santana e à Macapá. Em uma análise preliminar, pode-se considerar que a cidade, apesar de ter uma forte ligação com a produção de açaí, está rapidamente se tornando uma cidade beira-rio, ou uma cidade rodovia (TRINDADE JR, 2013). As ruas largas, embora poucas sejam pavimentadas, mostram outra face das pequenas cidades, que fazem com o que as moradias sejam distantes umas das outras. Essa urbanodiversidade nos mostra o quanto as pequenas cidades são peculiares e possuem características próprias e, apesar de parecem homogêneas, são distintas. As moradias são simples, as casas de alvenarias fazem um mosaico no espaço urbano com as casas de palafitas. Esta forma espacial de uma cidade não compacta reflete as características de uma cidade beira-rio que tenta seguir um padrão de urbanização que das grandes e médias cidades.

Figura 5. Exemplo dos diferentes tipos de pequenas cidades da Amazônia: na primeira linha imagens da cidade de Afuá; na segunda linha, Mazagão, seguida de Ponta de Pedras e Soure.



Fonte: Fotografias obtidas pelas autoras (2018).

- **Ponta de Pedras**

O município de Ponta de Pedras, localizado na Ilha do Marajó, estado do Pará, foi ocupado por padres mercedários, vindos da aldeia de Muaná. Foi elevada à condição de Freguesia em 1837, quando ainda era vinculada ao município de Cachoeira do Arari. No ano de 1877 se tornou o município de Ponta de Pedras (IBGE, 2010). Apesar de ser uma cidade ribeirinha, e parecer compacta quando se trata das moradias localizadas em palafitas, é uma cidade dispersa, de configuração dendrítica. O município abriga aproximadamente 25.999 habitantes, sendo aproximadamente 12.424 localizadas na área urbana, e essa área urbana possui moradias precárias, infraestrutura também precária (asfaltamento das ruas deficiente e esgoto lançado nos córregos, sem tratamento). Segundo Costa e Brondizio (2009), o sistema básico de coleta de esgoto atinge apenas 20% das moradias que estão presentes na área urbana, sendo as moradias atendidas estão

localizadas na área central da cidade. Segundo Costa e Brondizio (2008), há o predomínio de trabalhos informais.

Ponta de Pedras está localizada há duas horas da cidade de Belém. Aparentemente, se aproxima das características de Mazagão, no que diz respeito às formas de uma cidade não compacta, porém as suas características ribeirinhas são bem perceptíveis, ao mesmo tempo que ela se torna dispersa, ela possui áreas compactas. Esse padrão de ocupação ribeirinho (figura 5) possui arruamentos que interligam a cidade diretamente com o rio, indo de encontro ou finalizando nele. A interação entre os habitantes e o rio é constante, demonstrando o modo de vida e a interação com as diferentes formas de uso da terra e do rio. Essas características nos mostram outro padrão de cidade, tornando-se mais uma tipologia diferenciada.

- **Soure**

O município de Soure, que pertence ao estado do Pará, possui uma população de 23 mil habitantes, sendo 21 mil habitantes residentes na área urbana, aproximadamente 5.012 domicílios urbanos (IBGE, 2010), com uma área total de 3.513 km<sup>2</sup>. A cidade de Soure, apesar de possuir mais de vinte mil moradores residindo na área urbana, foi incluída nessa pesquisa como exemplo de cidade com economia fortemente amparada pelo Turismo.

O sítio urbano possibilita que as moradias estejam todas localizadas em área de terra firme (figura 5), ou seja, não há uma relação direta da cidade com a várzea, e possui as mesmas problemáticas usuais das outras pequenas cidades: não há tratamento de esgoto, predominância da fossa como destino dos efluentes domésticos, coleta de lixo e tratamento de água são deficientes. Em relação à economia da cidade, a grande maioria da população com carteira assinada está empregada na administração pública e no comércio local (RAIS, 2015). No que diz respeito às formas de organização espacial, a cidade possui uma tipologia diferenciada, as ruas são largas, seguem padrão de desenho urbano do período pombalino, com ortogonalidade dos arruamentos, e quadras largas que modelam a forma da cidade. Todas as casas na área urbana possuem um quintal espaçoso, onde se observa a criação de porcos, aves, açazeiros e coqueiros. O búfalo é presença constante na cidade, onde andam soltos, apesar da prefeitura adotar ao sistema de cobrança de multas dos proprietários que permitam que isso aconteça. Consideramos essa cidade ribeirinha, pois o rio ainda é o seu principal atributo geográfico, mas também é beira-rio, pois a maior parte

da cidade está em terra-firme, a dinâmica da maré não altera a vida dos habitantes porque todas as casas estão em terra firme e há uma relação econômica forte com as atividades rurais.

Essas cidades foram selecionadas por apresentarem peculiaridades e particularidades distintas. Apresentando características de cidades ribeirinhas, beira-rio, de rodovia e de terra firme, cada uma agrega uma realidade socioespacial distinta e possui um papel diferenciado na rede urbana local. Os moradores dessas cidades se adaptaram às condições da geografia local assim como também mantêm uma economia urbana e rural que está intrinsecamente ligada às condições geográficas da região, e isso torna essas cidades únicas. É essa urbanodiversidade com tantas particularidades que motivam esse estudo a compreender melhor a importância de cada pequena cidade na região e também chamar atenção para a importância das pequenas cidades brasileiras na estruturação da rede urbana local e regional.

O presente artigo busca chamar atenção para a necessidade de compreender a importância de considerar a existência dos diferentes urbanos e também a importância de considerar que existe uma rede urbana desarticulada na região que determina relações muito particulares. As pequenas cidades brasileiras precisam ser entendidas a partir de suas peculiaridades, considerando as relações locais e regionais existentes, a importância que cada uma dessas cidades exerce na rede urbana. Nesse sentido, buscou-se na revisão conceitual, pontuar importantes estudos que caracterizam essa diversidade de cidades e relações que estão presentes nas cidades da Amazônia.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A complexidade espacial das pequenas cidades agrega diferentes tempos, tempos lentos e tempos rápidos, que estão intrinsecamente ligados à natureza das cidades e principalmente com a relação entre a sociedade e natureza, marcadas por novos costumes dos tempos modernos e pelas resistências de tempos antigos, geografizados sobre a paisagem dos diferentes urbanos. A urbanodiversidade nos mostra o quanto é necessário compreender que as pequenas cidades são distintas resultando em uma rede e hierarquia urbana desarticulada e como que essas diferentes relações criam um modo de organização que busca atender as necessidades de cidades que estão geograficamente distantes dos grandes e médios centros que concentram maiores números e índices de serviços.

## 5. AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelos recursos financeiros disponibilizados, na forma de auxílio à Pesquisa e Bolsas (modalidade de bolsa no país e no exterior), sem os quais o desenvolvimento de nossa pesquisa seria impossível.

## 6. REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1991a. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. Rainforest Cities: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. N.Y: Columbia University Press, 1997, 429p.

COSTA, S. M. F., CARMO, M. B. S., BARJA, P. R. (2019). The urban hierarchy at the delta of the Amazon River and the importance of small cities. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180014. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.A009>

COSTA, S. M. F.; ROSA, N. C. (2017) O Processo de Urbanização na Amazônia e Suas Peculiaridades: Uma Análise do Delta do Rio Amazonas. *REVISTA POLÍTICAS PÚBLICAS & CIDADES*, v. 5, p. 81-105.

COSTA, S. M. F.; BRONDIZIO, E. As Cidades Pequenas do Estuário do Rio Amazonas: Crescimento Urbano e Rede Sociais da cidade de Ponta de Pedras, PA. In: *SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-SIMPURB*, 11, 2009. Anais. Brasília: UNB, 2009.

COSTA, S. M. F.; BRONDIZIO, E. Inter-urban Dependency in Amazon Cities: Urban Growth and Social Networks. *AAG Annual Meeting* (2008).

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo de 2010 [Material Institucional]. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acessado em 2014.

MARINHO, T. P.; SCHOR, T. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/ AM. *Geografares, Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo*, v. 7, p. 77-92, 2009.

OLIVEIRA, E.S Devoção, tambor e canto: Um Estudo etnolingüístico da tradição oral de Mazagão Velho. (Tese de Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo: 2015.



PERZ, Stephen G. The quality of urban environment in the Brazilian Amazon Social Indicators Research 49: 181-212, 1999.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico. Revista IEB, n. 50, mar/ set, 2010.

\_\_\_\_\_. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Terceira Margem: Amazônia, v. 1, p. 171-183, 2013.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das janelas às portas para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; TAVARES, M. G. C. (orgs). Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.